

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

**RELATÓRIO SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009**

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Acciona Concessões Rodovia do Aço S.A.
Vassouras - RJ

1. Examinamos as demonstrações financeiras da Acciona Concessões Rodovia do Aço S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Acciona Concessões Rodovia do Aço S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

7. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 22 de janeiro de 2010, que não conteve nenhuma modificação.

Vassouras - RJ, 25 de março de 2011

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI
Auditores Independentes S/S
CRC-SP-5.528/O-S-RJ

Antonio Carlos de Oliveira Pires
Contador-CRC-RJ-065.305/O-RJ

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Ativo			Reclassificado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.711	1.739
Aplicações financeiras	7	1.442	882
Contas a receber	8	3.107	2.442
Créditos com partes relacionadas	9	5.378	21.141
Despesas antecipadas	10	525	532
Outros créditos	11	289	826
Total do ativo circulante		<u>12.452</u>	<u>27.562</u>
Não circulante			
Depósitos judiciais		134	94
Adiantamento a fornecedores	12	1.453	2.767
Intangível	13	127.550	94.543
Diferido	14	6.616	8.474
Total do ativo não circulante		<u>135.753</u>	<u>105.878</u>
Total do ativo		<u>148.205</u>	<u>133.440</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Passivo			Reclassificado
Circulante			
Fornecedores	15	832	2.230
Empréstimos	16	70.242	70.812
Obrigações tributárias	17	566	814
Obrigações Sociais	18	831	884
Dividas com pessoas ligadas	19	2.057	863
Outras exigibilidades		360	377
Total do passivo circulante		<u>74.888</u>	<u>75.980</u>
Não circulante			
Outras a pagar		-	1.191
Total do exigível a longo prazo		<u>-</u>	<u>1.191</u>
Patrimônio líquido	20		
Capital social	20	73.500	59.000
Prejuízos Acumulados		(183)	(2.731)
Total do patrimônio líquido		<u>73.317</u>	<u>56.269</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>148.205</u>	<u>133.440</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil, exceto o lucro líquido por ação)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receita operacional líquida	94.584	Reclassificado 80.483
Custo operacional		
Conservação de rodovias	(9.087)	(9.315)
Custo de construção – ativos de Concessão	(42.244)	(49.285)
Operação de rodovias	(15.032)	(12.515)
Monitoramento	(244)	(51)
Amortização	(7.582)	(2.412)
	<u>(74.190)</u>	<u>(73.577)</u>
Lucro bruto	20.394	6.906
Despesas operacionais		
Despesas com pessoal	(3.911)	(4.065)
Despesas administrativas	(3.920)	(3.032)
Amortização	(3.516)	(3.058)
	<u>(11.347)</u>	<u>(10.155)</u>
Resultado antes do resultado financeiro	9.047	(3.249)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	304	1.982
Despesas financeiras	(5.872)	(1.464)
	<u>(5.568)</u>	<u>518</u>
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	3.479	(2.731)
Imposto de renda e contribuição social	(931)	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	<u>2.548</u>	<u>(2.731)</u>
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	<u>70.820.000</u>	<u>59.000.000</u>
Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por ação – em reais	<u>0,0360</u>	<u>(0,0463)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	Capital social	Reservas de lucro			Prejuízos acumulados	Total
		Legal	Estatutária	Lucros retidos		
Saldos em 1º de janeiro de 2009 (transição)	21.000	-	-	-	-	21.000
Aumento de capital	38.000	-	-	-	-	38.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(2.731)	(2.731)
Destinação proposta do resultado do exercício:						
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	-	-	-
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	-	-
Saldos ajustados em 31 de dezembro de 2009	59.000	-	-	-	(2.731)	56.269
Aumento de Capital – Nota 22	14.500	-	-	-	-	14.500
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.548	2.548
Destinação proposta do resultado do exercício:						
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	-	-	-
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	73.500	-	-	-	(183)	73.317

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
		Reclassificado
Das operações		
Resultado do exercício antes dos tributos	3.479	(2.731)
Amortização	11.098	5.470
Variação monetária de empréstimos	-	1.464
Redução (aumento) em:		
Contas a receber de clientes	(665)	(2.442)
Outros ativos de curto prazo	609	(474)
Aumento (redução) em:		
Fornecedores	(995)	(19.995)
Obrigações tributárias	(471)	454
Imposto de renda e contribuição social pagos	(660)	-
Outros passivos de curto prazo	672	438
Caixa gerado nas atividades operacionais	13.067	(17.816)
Investimentos		
Adições ao ativo intangível	(25.233)	(57.320)
Outras atividades de investimento	(40)	(1.050)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(25.273)	(58.370)
Financiamentos		
Aumento de Capital	14.500	38.000
Captação de empréstimos	28.721	15.023
Pagamento de empréstimos	(30.482)	-
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	12.739	53.023
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	533	(23.163)
Saldo anterior de caixa e equivalente de caixa	2.620	25.783
Saldo atual de caixa e equivalente de caixa	3.153	2.620
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	533	(23.163)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receitas	99.543	Reclassificado 83.437
Venda de serviços	57.299	34.153
Receitas de construção	42.244	49.284
Insumos adquiridos de terceiros	(70.527)	(74.197)
Custo dos serviços prestados	(24.363)	(21.881)
Custo de construção	(42.244)	(49.284)
Materiais, energia, serviços e outros	(3.920)	(3.032)
Valor adicionado bruto	29.016	9.240
Retenções	(11.098)	(5.470)
Amortização	(11.098)	(5.470)
Valor adicionado líquido	17.918	3.770
Valor recebido em transferência	304	1982
Receitas financeiras	304	1982
Valor adicionado total a distribuir	<u>18.222</u>	<u>5.752</u>
Distribuição do valor adicionado:	<u>18.222</u>	<u>5.752</u>
A - Pessoal e encargos	3.912	4.064
Remuneração direta	2.308	2.346
Benefícios	256	270
FGTS	267	225
Outros	1.081	1223
B - Impostos, taxas e contribuições	5.890	2.955
Federais	3.025	1.247
Municipais	2.865	1.708
C - Juros e aluguéis	5.872	1.464
Juros	5.872	1.464
D - Remuneração do capital próprio	2.548	(2.731)
Prejuízos do exercício	2.548	(2.731)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL:

A companhia, inicialmente denominada RODOVIA DO AÇO S/A, foi constituída sob a forma de sociedade anônima, criada em março de 2008, e tem como atividade principal a exploração da infra-estrutura rodoviária federal, sob o regime de concessão, do lote 3 da fase 2 do Ministério dos Transportes do programa de concessões de rodovias. A Companhia obteve a concessão, pelo prazo de 25 anos, mediante licitação pública. O objeto da concessão é a recuperação, melhoramento, manutenção, operação e duplicação de alguns trechos da BR 393, com extensão de 200,4 km, mediante a cobrança de tarifas de pedágio.

Outras atividades podem ser exercidas, a exemplo a exploração da faixa de domínio; como o aluguel de espaço para publicidade, passagem de cabos de fibra óptica e distribuição de panfletos, que serão consideradas sob o título de Receitas Acessórias e o resultado dessas é levado à modicidade tarifária. As atividades são reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A Companhia iniciou a cobrança de pedágio da sua primeira praça situada no município de Paraíba do Sul, no dia 05/03/09, a segunda praça de pedágio, situada no município de Sapucaia, iniciou a cobrança no dia 30/04/09 e a terceira e última, praça situada no município de Barra do Piraí, no dia 05/07/09, com tarifa idêntica para essas praças de pedágio, de R\$ 3,20 (três reais e vinte centavos) e cobrança bidirecional. Em 05/03/2010 a ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, por meio da Resolução nº 3.423 de 25/02/2010 autorizou o reajuste da tarifa de pedágio para R\$ 3,40 (três reais e quarenta centavos) nas mesmas condições operacionais.

Em 10 fevereiro de 2010, por meio da ata da Assembléia Geral Extraordinária – AGE, foi aprovada a alteração da denominação social da companhia de Rodovia do Aço S.A. para Acciona Concessões Rodovia do Aço S.A. e por conseguinte o artigo 1o. do seu estatuto. Em 03 de março de 2010, essa alteração foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

Em 21 de junho de 2010, por meio da ata da Assembléia Geral Extraordinária – AGE, foi alterado novamente o artigo 1o. do seu estatuto, em decorrência do processo de registro da Companhia junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM como sendo de capital aberto, passando a Companhia a condição de sociedade por ações de capital aberto. Em 08 de julho de 2010, essa alteração foi registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

Foi concedido o registro de emissor de valores mobiliários na categoria “B” à Companhia, sob o nº 2244-6 junto a CVM em 29 de março de 2011 como sociedade por ações de capital aberto. E a autorização para conclusão da

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 21 de janeiro de 2011.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e são apresentadas, com a observância das disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) – considerando as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 (MP nº449/08) – e dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O processo de convergência às normas internacionais de contabilidade por parte das empresas brasileiras, buscada há muitos anos, acabou por ser legalmente determinada, a partir da edição da Lei nº. 11.638/07. Esse processo de convergência abrange duas etapas: a primeira, desenvolvida em 2008, com a emissão por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC de Pronunciamentos e Orientações que culminaram com a edição do Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08 e mais o Pronunciamento Técnico CPC 14 – Instrumentos Financeiros. Esses pronunciamentos foram todos aplicados já em 2008 por força da própria lei e da normatização de quase todos os órgãos reguladores contábeis brasileiros.

A segunda etapa foi cumprida durante 2009, com a edição dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40 (com exceção do CPC 34) e interpretações diversas. Esses documentos, emitidos em 2009, estão sendo sugeridos como de adoção obrigatória por parte dos órgãos reguladores que já se manifestaram quanto aos referidos documentos, para 2010, com efeito retroativo para 2009 para fins comparativos, conforme estabelecido pela Resolução CFC 1.254/09 e Pronunciamento Técnico CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo IASB que são efetivas para as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2010. E as demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas avaliações utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível; provisão para manutenção dos ativos de concessão; o imposto de

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme Instrução CVM nº 475/08.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

3.1 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infra-estrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

receita.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Companhia.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.2 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

3.3 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis. Não há, em 31 de dezembro de 2010 e 2009, instrumentos financeiros derivativos. Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido). E este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.5 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, nas datas do balanço, ativos intangíveis internamente ou adquirido em uma combinação de negócios.

Os ativos relacionados a concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários. O ativo intangível reconhecido na data 01 de janeiro de 2009 que teve como origem o ativo imobilizado registrado desde o início da concessão, e está demonstrado ao custo de aquisição ou construção.

O critério definido para amortização é com base no prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.6 Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	3,00%
PIS – Programa de Integração Social	0,65%
ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4,87%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

3.7 Estimativas contábeis

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a determinação de vida útil econômica do ativo intangível; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; provisão para manutenção dos ativos de concessão; análise de sensibilidade de instrumentos financeiros e a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3.8 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

3.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

3.10 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para manutenção dos ativos de concessão

Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICPC 01, é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é, progressivamente, registrado e

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita.

3.12 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

3.13 Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2011. A Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

- **IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada)** - A versão revisada da IAS 24 simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada.
- **IAS 32 Classificação de Emissões de Ações** - Em outubro de 2009, o IASB emitiu uma alteração à IAS 32 referente à classificação de emissões de ações. Para emissões de ações oferecidas a um montante fixo em moeda estrangeira, a prática atual parece exigir que tais emissões sejam contabilizadas como passivo derivativo. Esta alteração prevê que se forem emitidas proporcionalmente a todos os acionistas existentes da empresa, na mesma classe e por um valor fixo em dinheiro, tais ações devem ser classificadas no patrimônio, independentemente da moeda em que o preço de exercício for expresso.
- **IFRS 7 Instrumentos financeiros** – Enfatiza a necessidade de elementos quantitativos e qualitativos nas divulgações de riscos financeiros.
- **IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração** - A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

- **IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo** - Esta alteração visa a corrigir uma consequência involuntária da IFRIC 14. A alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

NOTA 4 – JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 não existiam incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A existência de incerteza poderia requerer a constituição de provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

NOTA 5 – MUDANÇAS NAS POLITICAS CONTÁBEIS

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A data-base destas demonstrações financeiras é 31 de dezembro de 2010. Os pronunciamentos que se tornaram efetivos ao longo dos exercícios de 2010 e 2009, e que afetaram de forma relevante os valores divulgados nestas demonstrações financeiras, referem-se à:

- Alocação do imposto de renda e contribuição social no ativo e passivo não circulante.
- Interpretação ICPC01 e Orientação OCPC05 Contratos de Concessão - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRIC 12. As Interpretações Técnicas ICPC 01 e OCPC 05 tiveram profundo impacto nas práticas contábeis adotadas no Brasil para as concessões de serviços públicos. No segmento de concessões rodoviárias, o entendimento de que a infraestrutura da concessão rodoviária era de posse das concessionárias, fundamentava o seu tratamento contábil como ativo imobilizado. Com as novas interpretações, estes ativos são considerados bens públicos e, portanto, não podem ser classificados como imobilizado da concessionária. Por outro lado, a concessionária passa a deter um intangível, representado pelo direito de explorar a rodovia e gerar receitas operacionais pela cobrança de pedágios.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da data de transição de acordo com o CPC37, a Companhia aplicou todas as disposições obrigatórias previstas na norma.

Reconciliação do balanço patrimonial da Companhia de 2009

	31/12/2009 Publicado	Efeitos transição para IFRS	31/12/2009 Ajustado
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.739	-	1.739
Aplicações financeiras	882	-	882
Contas a receber	2.442	-	2.442
Partes relacionadas	21.141	-	21.141
Despesas antecipadas	532	-	532
Outros créditos	826	-	826
Total do ativo circulante	27.562	-	27.562
Não circulante			
Depósitos judiciais	94	-	94

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Adiantamento a fornecedores		2.767	-	2.767
Imobilizado	(1)	94.518	(94.518)	-
Intangível	(1)	25	94.518	94.543
Diferido		8.474	-	8.474
Total do ativo não circulante		105.878	-	105.878
Total do ativo		133.440	-	133.440
Passivo				
Circulante				
Fornecedores		2.230	-	2.230
Empréstimos e financiamentos		70.812	-	70.812
Obrigações Tributárias		814	-	814
Salários, provisões e contribuições sociais		884	-	884
Dividas com Pessoas Ligadas		863	-	863
Outras obrigações		377	-	377
Total do passivo circulante		75.980	-	75.980
Não circulante				
Outras contas a pagar		1.191	-	1.191
Total do passivo não circulante		1.191	-	1.191
Patrimônio líquido				
Capital social		59.000	-	59.000
Prejuízos acumulados		(2.731)	-	(2.731)
Total do patrimônio líquido		56.269	-	56.269
Total do passivo		133.440	-	133.440

(1) Reclassificação do ativo imobilizado para o ativo intangível

Reconciliação da demonstração de resultado da Companhia de 2009

	31/12/2009	Efeitos	31/12/2009
	Publicado	transição para IFRS	Ajustado
Receita operacional líquida	31.199	49.284	80.483
Custo operacional	(24.293)	(49.284)	(73.577)
Lucro bruto	6.906	-	6.906
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	(4.065)	-	(4.065)
Despesas administrativas	(3.032)	-	(3.032)
Amortização	(3.058)	-	(3.058)
	(10.155)	-	(10.155)
Resultado antes do resultado financeiro	(3.249)	-	(3.249)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	1.982	-	1.982

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas financeiras	<u>(1.464)</u>	-	<u>(1.464)</u>
	518	-	518
Lucro antes dos impostos	<u>(2.731)</u>	-	<u>(2.731)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>(2.731)</u>	-	<u>(2.731)</u>

Reconciliação do patrimônio líquido da Companhia de 2009:

Patrimônio Líquido			
Capital social	59.000	-	59.000
Prejuízos acumulados	<u>(2.731)</u>	-	<u>(2.731)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>56.269</u>	-	<u>56.269</u>

A aplicação das novas normas não teve um impacto significativo nas demonstrações de fluxo de caixa dos respectivos exercícios.

Isenções permitidas

O CPC 37 – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade permite algumas isenções na aplicação retrospectiva dos requerimentos dos CPCs para o exercício findo em dezembro de 2010. Na aplicação das normas, não foi necessário a aplicação de nenhuma das isenções permitidas.

NOTA 6 – MUDANÇAS NA PRÁTICA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS:

Tendo em vista a adoção antecipada da totalidade dos novos CPCs emitidos em 2010, conforme acima mencionado, resumimos a seguir os pronunciamentos ou interpretações que produziram impactos ou que são aplicáveis às demonstrações financeiras da Companhia.

- **CPC 17 Contratos de Construção** – Aprovado pela Deliberação CVM 583/09, este Pronunciamento é correlacionado ao IAS 11 Contratos de Construção e define critérios para identificação de um contrato de construção, formas de agrupamento e divisão destes contratos, o reconhecimento da receita e custo de construção, bem como, os

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

requerimentos para divulgação. A companhia adotou os critérios descritos no CPC 17 em função da natureza de suas operações – serviços de concessão pública – conforme requerido pela Interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão. Tanto a política contábil adotada quanto os efeitos na Companhia.

- **CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes** - Aprovado pela Deliberação CVM 594/09, correlacionado ao IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, esse pronunciamento determina os critérios de reconhecimento e bases de mensuração para provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, bem como os requerimentos de divulgação. Ao que se refere a provisão de manutenção da rodovia a Companhia adotou os critérios em conformidade com o CPC 25, considerando o conceito estabelecido no Contrato de Concessão sobre essa obrigação, segundo o qual “Manutenção de Rodovia compreende o conjunto de intervenções físicas programadas que a Concessionária deverá realizar com o objetivo de recompor e aprimorar as características técnicas e operacionais das estruturas físicas da Concessão dentro de padrões estabelecidos, ou, ainda, prevenir que sejam alcançados níveis indesejados. De modo geral, deverá iniciar-se após a fase de recuperação de rodovia e desenvolver-se até o final da Concessão.” Com este entendimento a Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado. Segundo análise do cronograma das obras definidas pelo “PER – Programa de Exploração da Rodovia”, as intervenções físicas serão concluídas a partir do ano de 2011, inclusive, por este motivo não constituímos a provisão para manutenção. A medida em que as obras de recuperação forem concluídas, a partir 2011, essas provisões serão reconhecidas.
- **CPC 26 Apresentação das Demonstrações Financeiras** - Aprovado pela Deliberação CVM 595/09, é correlacionado ao IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras. Este pronunciamento requer que sejam apresentados os componentes do resultado abrangente em uma demonstração separada da demonstração do resultado, apresentando também os efeitos fiscais de cada componente deste resultado abrangente. Adicionalmente quando as entidades reapresentarem ou reclassificarem as informações comparativas, elas terão que reapresentar um balanço patrimonial para o início do período comparativo, além da exigência atual de apresentar balanços patrimoniais no final do período corrente e do período comparativo. A emissão deste Pronunciamento não gerou alterações significativas na apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

- **CPC 27 Ativo Imobilizado** - Aprovado pela Deliberação CVM 583/09, correlacionado ao IAS 16 Ativo Imobilizado, esse pronunciamento aborda os aspectos de registro, controle e mensuração subsequente dos ativos fixos, requerendo que as vidas úteis e valores residuais dos ativos imobilizados sejam revistos periodicamente e ajustados, quando necessário, conforme CPC 23, dentre outros requerimentos. A adoção deste Pronunciamento não gerou impactos significativos na Companhia, uma vez que tanto as vidas úteis quanto os valores residuais dos ativos imobilizados já refletiam as estimativas para o consumo dos ativos da Administração.
- **CPC 30 Receitas** - Aprovado pela Deliberação CVM 597/09, este Pronunciamento é correlacionado ao IAS 18 – Receitas e aborda os requisitos para reconhecimento e mensuração das receitas. A adoção deste Pronunciamento não gerou impactos significativos na Companhia, uma vez que seus requerimentos já eram por ela adotados.
- **CPC 32 Tributos sobre o Lucro** - Aprovado pela Deliberação CVM 599/09, este Pronunciamento é correlacionado ao IAS 12 Impostos sobre o Lucro e discorre sobre o tratamento contábil dos tributos sobre o lucro, ativos e passivos fiscais diferidos, bem como as divulgações requeridas. A Companhia adotou este Pronunciamento para os balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2010.
- **CPC 33 Benefícios a Empregados** - Aprovado pela Deliberação CVM 600/09, correlacionado ao IAS 19 - Benefícios a Empregados e sua norma de interpretação IFRIC - 14 este Pronunciamento dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos.
- **CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, CPC 39 Instrumentos Financeiros: Apresentação e CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação** - Aprovados pelas Deliberações CVM 604/09, estes pronunciamentos estão correlacionados ao IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação, IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgação. Estes pronunciamentos discorrem sobre como classificar, reconhecer inicialmente e mensuração subsequente de instrumentos financeiros, bem como identificar e contabilizar instrumentos derivativos e derivativos embutidos em contratos e também sobre a apresentação destes, segundo sua essência, no balanço patrimonial.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, o CPC 38 trata sobre a contabilização e requerimentos para instrumentos de hedge (“hedge accounting”). O CPC 40 trata sobre as divulgações requeridas com relação aos instrumentos financeiros, como análises de sensibilidade e apresentação dos riscos de crédito, liquidez e de outros ativos relevantes para a Companhia.

- **ICPC 01 Contratos de Concessão** - Aprovada pela Deliberação CVM 611/09, correlacionada à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contratos de Concessão, Esta Interpretação estabelece os princípios gerais sobre o reconhecimento e a mensuração das obrigações e os respectivos direitos dos contratos de concessão, contabilização dos ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão da relação público-privada, nas demonstrações financeiras do operador (refere-se à entidade privada). É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato. De acordo com a ICPC 01, caso o poder concedente (refere-se ao poder público) tenha o controle sobre os ativos da infraestrutura vinculados à concessão e ainda controle sobre o qual, para quem e a qual preço os serviços serão prestados pelo operador, estes ativos da infraestrutura não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado do operador. Segundo a ICPC 01, estes ativos devem ser reconhecidos no balanço patrimonial como um ativo intangível, representando o direito de explorar os serviços públicos, cobrar dos usuários pelo serviço prestado, ou um ativo financeiro, representando o direito incondicional de receber caixa pela construção dos ativos da infraestrutura, seja diretamente do poder concedente ou por quem ele indicar. Ainda segundo esta interpretação, as receitas e custos de construção dos ativos da infraestrutura devem ser reconhecidos conforme o CPC 17. O ativo intangível será reconhecido e, subsequentemente, mensurado conforme CPC 04 e o ativo financeiro são classificados inicialmente como um Instrumento Financeiro conforme o CPC 39 e, subsequentemente, mensurado conforme CPC 38. A adoção desta interpretação resultou em reclassificações e ajustes materiais nas demonstrações financeiras da Companhia. Os ativos direta e indiretamente vinculados às concessões foram reclassificados e bifurcados em ativo financeiro e ativo intangível, seguindo os critérios descritos na norma, bem como as expectativas da Administração com relação ao valor da indenização a ser recebido ao final de cada concessão, conforme descrito nesta nota. Adicionalmente, a Companhia reconheceu receita de construção para os ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

de serviços de concessão para os quais a Companhia não possui o controle.

NOTA 7 – DISPONIBILIDADES:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Caixa e Bancos conta movimento	1.711	1.739
Aplicações financeiras	1.442	882
	<u>3.153</u>	<u>2.621</u>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários – CDB junto ao Banco Bradesco S/A.

NOTA 8 – CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 os valores a receber de administradoras de cartões pós e pré-pagos são assim representados:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
DBTRANS	310	296
VISA	85	142
CGMP – Pedágio Eletrônico	2.712	2.004
	<u>3.107</u>	<u>2.442</u>

NOTA 9 – CRÉDITOS COM PARTES RELACIONADAS:

As transações com partes relacionadas se referem a transações de compra de serviços de manutenção e conservação das rodovias, bem como obras previstas

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

no cronograma de investimentos, sendo que os valores contratados estão vinculados ao contrato original de concessão, conforme descrito na nota explicativa nº 20.

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Acciona Infraestruturas S.A.	5.378	20.932
Rio Paraíba do Sul	-	209
	5.378	21.141

NOTA 10 – DESPESAS ANTECIPADAS:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Despesas antecipadas - amortização de até 1 ano		
Despesas com seguros a apropriar	402	397
Outras despesas a apropriar	123	135
	525	532

NOTA 11 – OUTROS CRÉDITOS:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Tributos retidos a recuperar	188	718
Outros créditos	101	108
	289	826

NOTA 12 – ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES:

Objetivando viabilizar a implantação dos sistemas operacionais e antecipar a aquisição de equipamentos específicos para o desenvolvimento das nossas atividades, realizamos antecipações de recursos aos fornecedores desses itens. Tratam-se de sistemas de arrecadação e controle de pedágio, rede de telecomunicação e equipamentos para instalação de duas balanças.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2010	31/12/2009
Indra Steio Sistemas Ltda	1.238	746
LL Systems	-	1.042
Tower Sites	-	245
Outros adiantamentos	215	734
	1.453	2.767

NOTA 13 – INTANGÍVEL:

Custo	Recuperação da Rodovia	Operação Rodovia	Ampliação capacidade	Intangível andamento	Outros intangíveis	Total
Saldo em 01/01/2009	13.022	461	2.081	30.369	3.415	49.348
Aquisições	6.438	6.477	8.953	28.361	1.677	51.906
Baixas	(586)	(196)	(24)	-	(149)	(955)
Transferência	8.090	2.821	14.279	(27.548)	705	(1.653)
Saldo em 31/12/2009	26.964	9.563	25.289	31.182	5.648	98.646
Aquisições	22.366	1.290	3.511	18.441	766	46.374
Baixas	(474)	(1.322)	-	-	(67)	(1.863)
Transferências	264	-	-	(2.529)	-	(2.265)
Saldo em 31/12/2010	49.120	9.531	28.800	47.094	6.347	140.892
Amortização						
Saldo em 1/01/2009	-	-	-	-	-	-
Amortização	(1.635)	(309)	(996)	-	(1.300)	(4.240)
Baixas	-	-	113	-	24	137

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em						
31/12/2009	<u>(1.635)</u>	<u>(309)</u>	<u>(883)</u>	<u>-</u>	<u>(1.276)</u>	<u>(4.103)</u>
Amortização	(4.135)	(1.271)	(2.194)	-	(1.676)	(9.276)
Reversão						
Amortização	-	17	-	-	20	37
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em						
31/12/2010	<u>(5.770)</u>	<u>(1.563)</u>	<u>(3.077)</u>	<u>-</u>	<u>(2.932)</u>	<u>(13.342)</u>
Valor residual líquido						
Saldo em						
01/01/2009	<u>13.022</u>	<u>461</u>	<u>2.081</u>	<u>30.369</u>	<u>3.415</u>	<u>49.348</u>
Saldo em						
31/12/2009	<u>25.329</u>	<u>9.254</u>	<u>24.406</u>	<u>31.182</u>	<u>4.372</u>	<u>94.543</u>
Saldo em						
31/12/2010	<u>43.350</u>	<u>7.968</u>	<u>25.723</u>	<u>47.094</u>	<u>3.415</u>	<u>127.550</u>

“Teste de Impairment” - Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração).

Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A Companhia, em atendimento ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, efetuou teste de recuperação, e não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação em 31 de dezembro de 2010.

NOTA 14 – DIFERIDO – GASTOS PRÉ-OPERACIONAIS:

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para a equalização da

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Esses gastos foram mantidos conforme facultado pela Lei nº 11.941/09. Os gastos pré-operacionais que ocorreram ainda em 2009 foram diretamente alocados ao resultado da Companhia. O saldo de 31 de dezembro de 2008 está sendo amortizado linearmente a partir de março de 2009 (início das operações), com base na taxa anual de 20%.

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Administração	4.687	4.687
Fiscalização da Concessão	1.089	1.089
Financeiras	540	540
Apoio a Gestão	1.049	1.049
Consultoria	210	210
Outros	2.266	2.266
Sub Total	9.841	9.841
Amortização acumulada	(3.225)	(1.367)
Total	<u>6.616</u>	<u>8.474</u>

Organização e administração - referem-se a gastos com folha de pagamento, honorários de diretoria, aluguel do imóvel sede, despesas com água, luz e telefone, despesas de viagens e outras.

Fiscalização da Concessão - referem-se a gastos com o poder concedente para fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais da Concessionária.

Financeiras - referem-se aos juros incorridos no período decorrentes dos empréstimos junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento e BES – Banco do Espírito Santo para financiar as obras iniciais e emergenciais estabelecidas pelo contrato de concessão.

Apoio a Gestão - referem-se, basicamente, a gastos com empresas terceirizadas, que auxiliaram na implantação e operação da concessionária.

Consultoria e outros - referem-se, a gastos com estudos sobre a viabilidade da concessão.

A Companhia, em atendimento ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos efetuou teste de recuperação nos valores registrados como ativo diferido. Com base nos estudos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 15 – FORNECEDORES:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
SMR Resgate e Saúde	221	209
ANTT	136	
Mapfre Seguradora	105	-
Construtora Henz de Xerém	-	276
Edson P. Marcondes	-	276
LL Systems	-	347
Cigma	-	300
Cauções e Retenções Contratuais	-	181
Outros	370	641
	<u>832</u>	<u>2.230</u>

NOTA 16 – EMPRÉSTIMOS:

Credores	"TIR"	Encargos	Vencimento	31/12/2010	31/12/2009
Circulante:					
CCB – Banco Espírito Santo	11,95% aa	CDI + 2% aa	set/11	8.315	29.202
BNDES – Contrato nº 8209071/015	8,97% aa	TJLP + 2,8 % aa	jun/11	14.495	14.495
BNDES – Contrato nº 8209071/180	8,97% aa	TJLP + 2,8 % aa	jul/11	6.140	6.140
BNDES – Contrato nº 8209071/279	8,97% aa	TJLP + 2,8 % aa	jul/11	2.159	2.159
BNDES – Contrato nº 8209071/074	8,97% aa	TJLP + 2,8 % aa	jun/11	4.438	4.438
BNDES – Contrato nº 8209071/066	8,97% aa	TJLP + 2,8 % aa	jun/11	6.250	6.250
BNDES – Contrato nº 8209071/171	8,97% aa	TJLP + 2,8 % aa	jun/11	7.809	7.809
BNDES – Contrato nº 8209071/287	8,97% aa	TJLP + 2,8 % aa	jun/11	8.405	-
BNDES – Contrato nº 8209071/295	8,97% aa	TJLP + 2,8 % aa	jun/11	11.227	-
Contratos de Arrendamento Mercantil	12,70% aa			1.004	319
Total				<u>70.242</u>	<u>70.812</u>

Os recursos captados no Banco Espírito Santo e no BNDES tiveram a finalidade de financiar as obras de trabalhos iniciais da rodovia; obras contratualmente obrigatórias para o início da cobrança do pedágio. A alavancagem, em pauta, manteve, por esse período, as despesas pré-operacionais da Companhia e os investimentos necessários no patrimônio do bem concessionado.

Leasing

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos de arrendamento referem-se a veículos leves e pesados com base em contratos irrevogáveis e vencimentos até 2011.

Categoria de ativo	<u>31/12/2010</u>		
Veículos	1.004		
Reconciliação	Valor das parcelas futuras	Valor dos juros futuros	Valor presente da dívida em 31/12/2010
Vencimentos até 1 ano	1.178	(174)	1.004
			<u>1.004</u>

Os contratos firmados referem-se a bens arrendados intrinsecamente relacionados à operação da Companhia e prevêm o pagamento do valor residual garantido (VRG) somente no final do prazo e tem como garantia a alienação fiduciária dos próprios bens.

NOTA 17 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
ISS a recolher	253	231
COFINS a recolher	152	139
INSS de terceiros a recolher	50	228
PIS a recolher	33	30
ISS de terceiros a recolher	-	140
Outras obrigações	78	46
	<u>566</u>	<u>814</u>

NOTA 18 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Provisão para férias e 13º salário	378	469
Provisão para encargos s/ férias e 13º salário	139	163
INSS	207	126
Outras obrigações	107	126
	<u>831</u>	<u>884</u>

NOTA 19 – CONTAS A PAGAR COM PARTES RELACIONADAS:

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia Acciona Concesiones, S.L., é controladora indireta da Acciona Concessões Rodovia do Aço S.A. e fornece serviços administrativos especializados de apoio a gestão e controle.

A empresa Acciona Infraestructuras S/A, acionista majoritária da Companhia, foi contratada para a elaboração das obras de infra-estrutura da rodovia; como a construção das praças de pedágio, a edificações concernentes aos imóveis usados para a prestação do serviço de atendimento ao usuário, sua sede administrativa e aquelas inerentes à própria rodovia como pontes, pavimento, drenagens e outras.

A empresa Rio Paraíba do Sul Serviços Ltda., também constituída majoritariamente pelos seus acionistas controladores, foi contratada em fevereiro de 2010 para prestar serviços de conservação de rotina na rodovia.

As transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro abaixo e se referem a transações de compra de serviços de manutenção e conservação das rodovias, bem como obras previstas no cronograma de investimentos, sendo que os valores contratados estão vinculados ao contrato original de concessão, e estão em condições normais de mercado, como segue:

	Saldo de fornecedores		Adiantamento a fornecedores ¹		Valores acumulados nos exercícios findos em 31/12/2010 e 31/12/2009			
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	Imobilizado		Outras Transações	
					2010	2009	2010	2009
Rio Paraíba ³	451	-	-	209	-	-	6.609	-
Acciona Concesiones ²	1.606	863	-	-	-	-	848	727
Acciona Infraestructura	-	-	5.378	20.932	28.412	39.006	-	-
Total	2.057	863	5.378	21.141	28.412	39.006	7.457	727

1) Adiantamento para fornecimento de serviços

2) Despesas com serviços de apoio a gestão e controle

3) Serviços de Conservação de Rotina

NOTA 20 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 73.500 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 59.000 em 31 de dezembro de 2009) e estão representadas por um total de 73.500 ações ordinárias sem valor nominal (59.000 em 31 de dezembro de 2010).

Objetivando a adequação do Capital Social da Companhia, durante o primeiro semestre de 2010, os acionistas aumentaram o capital social da sociedade, em R\$ 14.500 mil, o equivalente a 14.500 mil ações ordinárias, nominativas, passando o capital social da Companhia em 30 de junho de 2010 a totalizar R\$

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

73.500 mil sendo representado por 73.500 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado em moeda corrente do país, assim dividido entre os acionistas:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Acciona Infraestructuras S/A – 76%	55.860	51.680
Acciona Brasil Ltda – 24%	17.640	16.320
	<u>73.500</u>	<u>68.000</u>

- a) Dividendos - Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
- b) Reserva legal - Constituída na proporção de 5% do lucro do período, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social.
- c) Reserva estatutária - É estabelecida pelo estatuto social da Companhia para garantir a restituição do capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão. Constitui-se na proporção de 0,5% do lucro do exercício e limita-se a 10% do capital social.
- d) Retenção de lucros - É efetuado de acordo com o previsto no artigo 196 da Lei n.o 6.404/76. Os órgãos da administração poderão propor a retenção de parte dos lucros acumulados,

NOTA 21 – LUCRO POR AÇÃO:

O calculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais conversíveis e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquido de impostos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Abaixo demonstramos a movimentação das ações representativas do capital social no exercício:

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2010</u>
Quantidades de ações no início do exercício	59.000.000
Aumento de capital em 02/02//2010	9.000.000
Aumento de capital em 03/05//2010	5.500.000
Quantidades de ações no final do exercício	<u>73.500.000</u>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

NOTA 22 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
a) Órgão	Diretoria	Diretoria
b) Número de membros	3	4
c) Segregação da remuneração		
i) Remuneração fixa anual, segregada		
Salário	798	781
Benefícios diretos e indiretos	210	234
ii) Remuneração variável segregada em:		
Bônus	307	301

Valor por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

NOTA 23 – SEGUROS E GARANTIA:

A Companhia mantém contratos de seguros para cobrir eventuais perdas nos seus ativos e garantir as obrigações contratuais perante o Poder Concedente (ANTT), tendo esse como co-segurado.

Descrição	Vigência	Cobertura	Prêmio
Riscos Operacionais	19/04/10 a 19/04/11	314.005	450

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Resp. Civil Operações Material	19/04/10 a 19/04/11	12.000	122
Resp. Civil Operações Veículos	19/04/10 a 19/04/11	24.400	373
Garantia Contratual	20/03/10 a 20/03/11	32.094	192

NOTA 24 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, tais como disponibilidades, contas a receber e empréstimos e financiamentos, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros.

NOTA 25 – RECONCILIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS AJUSTADAS PELOS EFEITOS DA ADOÇÃO AOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS:

Em janeiro de 2011 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) através da Deliberação 603/09, facultou que as companhias abertas que, até a data da apresentação das demonstrações financeiras do exercício social iniciado a partir de primeiro de janeiro de 2010, não tiverem reapresentado os seus ITR de 2010, deveriam incluir nessas demonstrações anuais nota explicativa evidenciando, para cada trimestre de 2010 e 2009, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da plena adoção das normas de 2010. Os efeitos oriundos da adoção dos CPCs estão demonstrados a seguir:

	<u>31/03/2009</u>	<u>30/06/2009</u>	<u>30/09/2009</u>	<u>31/03/2010</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>30/09/2010</u>
Lucro (Prejuízo) publicado	(4.253)	(6.824)	(4.344)	(363)	470	2.360
Receita de construção	3.279	8.047	17.167	7.468	18.265	35.180
Custo de construção	(3.279)	(8.047)	(17.167)	(7.468)	(18.265)	(35.180)
Lucro Acumulado						
Prejuízo ajustado	<u>(4.253)</u>	<u>(6.824)</u>	<u>(4.344)</u>	<u>(363)</u>	<u>(470)</u>	<u>(2.360)</u>

Estas Informações Trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON),

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.